

HOMENAGEM

A influência da trajetória intelectual de Sérgio Adorno nos estudos sobre violência, democracia e segurança pública no Brasil*

Renato Sérgio de Lima

Introdução

A primeira versão deste artigo foi escrita no início de 2012, originalmente para uma coletânea de ex-orientandos de Sérgio Adorno, que, por diferentes razões, não foi publicada. De lá para cá, a perspectiva era de não publicar um texto tão focado num autor vivo e ainda muito produtivo, e, por isso, utilizei muitos dos argumentos aqui contidos em outras publicações. Todavia, diante da proposta da diretoria da Anpocs de ajustar o artigo original e publicar agora um texto sobre a produção de Sérgio Adorno na BIB, minhas opções são reconhecer que este artigo é a origem de alguns olhares e abordagens aos quais tenho me dedicado e publicado desde 2012, atualizar informações e, por conseguinte, assumir eventuais repetições e citações. Ao fazer isso, a oportunidade aberta pela Anpocs me permitiu revisar a versão inicial e complementá-la com aperfeiçoamentos e aprofundamentos conquistados na elaboração dos textos subsequentes¹.

Nessa direção, a ideia deste artigo nasceu de um conjunto de situações que têm convergido meu olhar para a trajetória intelectual

percorrida por Sérgio Adorno e de que forma ela contribuiu para a formação de um campo de estudos sobre violência, democracia e segurança pública no Brasil. No plano pessoal, ao me propor tal olhar, reconheço que, influenciado por mais de vinte anos de convivência acadêmica e pessoal com Sérgio Adorno, me senti inclinado a aproveitar algumas reflexões teóricas exploratórias para, no ano em que ele completou sessenta anos e, ainda, em que o Núcleo de Estudos da Violência completou 25 anos de implantação formal, prestar-lhe uma homenagem, destacando traços e características pessoais que, muitas vezes, têm forte impacto na configuração de rumos de linhas de pesquisa e gerações de pesquisadores, mas que passam despercebidas e/ou ficam nas entrelinhas das falas de quem tem a oportunidade do convívio direto.

Porém, a homenagem ganha relevância não por ela em si, mas pela constatação da força que a trajetória intelectual e acadêmica de Sérgio Adorno parece assumir quando vista em perspectiva perante as características do campo, que tentarei descrever na sequência. Interessa-me, portanto, compreender a

* Agradeço a Brasília Sallum Jr., Eneida G. de Macedo Haddad, Eva Alterman Blay, Guita Grin Debert, Heloísa Fernandes, Heloísa Helena Teixeira de Souza Martins, Irllys Barreira, Jacob Carlos Lima, José de Souza Martins, José Ricardo Ramalho, Maria Helena Oliva Augusto, Nadya Guimarães, Paulo Menezes, Rosa Maria Fischer e Sylvia Leser de Melo, que gentilmente se dispuseram a contribuir para a redação deste artigo e enviaram-me depoimentos acerca da trajetória de Sérgio Adorno.

1 São eles: Lima, Bueno e Mingardi (2013); Lima e Paula (2013); Lima e Sinhoretto (2012).

influência dessa trajetória em programas de trabalho de pesquisadores e de instituições, num desdobramento de minhas pesquisas mais atuais e que dão conta de investigar os elementos que estabelecem a relação entre universidade e políticas públicas de segurança e de prevenção da violência.

Nessa tarefa, parto de uma pergunta que Sérgio Adorno, Jacqueline Sinhorotto, da UFSCar, e eu nos fizemos, em 2009, quando do Congresso da SBS (Sociedade Brasileira de Sociologia) daquele ano, sobre se já era possível pensar na formação de um campo de estudos sobre violência no Brasil e até que ponto poderíamos falar de uma “escola” paulista de pesquisas na área. Naquele momento, nós três concluímos que, sim, havia uma contribuição significativa de pesquisas sendo produzidas em São Paulo e que já era possível identificar algumas características de um campo, tal como a institucionalização de linhas de pesquisa, editais temáticos sobre violência e segurança pública nas agências de fomento e o crescimento de grupos de pesquisa nas universidades brasileiras.

No entanto, não existiam compilações e/ou balanços que permitissem uma genealogia desse campo ou que autorizassem a ideia de “escola”, até em razão de este ter assumido feições mais nítidas somente nos últimos quinze anos e ter raízes em contribuições quase que simultâneas de todo o país, com destaque quantitativo para Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

Não obstante esse fato, tais feições foram sendo assumidas a partir de algumas fronteiras bem delimitadas, como aquelas dedicadas pioneiramente ao estudo das prisões – e Sérgio teve papel central nesses estudos – e de outras, ainda em formação e em meio a disputas, como no caso dos estudos sobre segurança pública. No meio do caminho, temas clássicos das Ciências Sociais, como violência contra mulheres, direitos hu-

manos, discriminação racial, justiça e conflitos sociais ajudaram a guiar as pesquisas e os debates intelectuais da área.

Em termos quantitativos, nesses últimos quinze anos, o campo deixa de ser periférico na produção da pós-graduação brasileira para se tornar prioridade em estudos de várias disciplinas e áreas. Segundo levantamento no banco de teses e dissertações da Capes, havia, em 2006, mais de 8 mil trabalhos ligados à área, e as Ciências Sociais contribuíram, junto com o Direito, com as maiores parcelas de textos desse acervo (Lima, 2011). E essa produção não se resume apenas às teses e dissertações, pois, segundo o levantamento citado, existiam, em 2006, 255 grupos de pesquisa registrados no CNPq ligados à área, número quase sete vezes superior ao existente em 2000, que somava 41 grupos, de acordo com Kant de Lima, Misse e Miranda (2000).

No que diz respeito especificamente às Ciências Sociais, contudo, se é possível pensar em um campo já em estágio avançado de formação, também é necessário pensar que algumas de suas marcas seriam a forte disputa de posições, o dinamismo dela derivado e a pluralidade de abordagens, tradições teóricas e perspectivas metodológicas adotadas. Evidência de tais fatos, não à toa, a própria nomeação do campo é controversa e variável, reconhecendo-se a existência de uma grande zona de incertezas na definição dos seus principais territórios explicativos.

Mas, diante dos objetivos do presente artigo, isso não impede o exercício de reconstrução de trajetórias e seus traços característicos. Ao contrário, o dinamismo das disputas parece coligar um conjunto dessas trajetórias intelectuais que justificaria a preocupação com as origens e influências do campo, na ideia de compreender rumos tomados, linhas do tempo e de que modo alguns temas foram se tornando mais ou menos centrais no debate acadêmico e/ou no das políticas públicas.

As revisões da literatura disponível não se preocupam especificamente em delimitar as fronteiras do conhecimento científico e os seus esforços buscam identificar e mapear a produção existente, que já acumula um elevado número de obras².

Mais recentemente, alguns autores, como Francisco Vasconcelos (2009; 2011), têm iniciado reflexões sobre as origens de uma das vertentes desse campo – a sociologia da violência – no Brasil e seu impacto na universidade e nas políticas públicas. Esse autor (2011) vai demonstrar como as produções carioca, mineira e paulista sobre violência vão se “especializar” em torno de uma “tríade” de objetos: prisão e justiça criminal; polícia e sua relação com a percepção do aumento da criminalidade urbana; movimento da criminalidade e espaços urbanos. Para Vasconcelos (2011), mesmo com ênfases diferentes, as várias perspectivas regionais acabam por recolocar uma questão que, a meu ver, vai marcar o campo, qual seja, a que vai refletir sobre “os desafios trazidos pela violência do Estado e da sociedade para os contornos da democracia brasileira”.

Nesse processo, é significativo perceber que as pesquisas reconhecidas como pioneiras pelo campo têm num grupo reduzido de pesquisadores o seu núcleo irradiador e que, portanto, idiosincrasias e perfis individuais de atuação têm, tanto quanto as questões políticas e institucionais, forte impacto nos processos de delimitação de fronteiras e territórios explicativos que giram em torno da temática da segurança pública (Lima e Ratton, 2011). Temática que, no Brasil, ganhou força nas Ciências Sociais e matizou a recepção das matrizes e influências inter-

nacionais associadas aos estudos criminológicos e/ou sobre justiça criminal, tradicionalmente mais acionadas pelo direito penal. Assim, a conformação desse novo campo de estudos está sujeita a uma miríade de características pessoais e de fatores políticos e institucionais que, no limite, estabelecem uma forte correlação entre programas acadêmicos e políticas públicas.

As pesquisas oriundas das Ciências Sociais estariam conformando o que José Vicente Tavares dos Santos intitula como um campo de estudos sobre “segurança pública e sociedade”, muito em função da capacidade de esses últimos serem assumidos como insumos ao planejamento de ações governamentais. Minha hipótese concorda com a leitura proposta por José Vicente Tavares dos Santos, mas com uma ressalva sobre as relações entre os tempos da política e o da pesquisa: a agenda política se destaca ao se associar à agenda acadêmica e pautar os rumos do campo de estudos. Dito de outra forma, os tempos da política parecem guiar os caminhos do campo, com todos os riscos que esse movimento pode comportar. De igual modo, não tenho completa convicção acerca da titulação proposta para esse campo de estudos, mas reconheço nela uma das marcas mais presentes no debate sobre esta questão, qual seja, a relação entre fenômenos sociais e respostas públicas por eles gerados, entre Estado e sociedade. Até por essa razão, vou nomeá-lo daqui em diante como campo de estudos sobre “violência, democracia e segurança pública”.

Em termos de conteúdo, a preocupação com direitos humanos e democracia deu o tom de como os temas associados foram sendo institucionalmente absorvidos na arena

2 O texto de Adorno (1993) localiza 264 referências que cobrem o período de 1972 a 1993. Kant de Lima, Misse e Miranda (2000) indicam 1.040 obras; o texto de Zaluar (1999) relaciona 224 obras e, por fim, o de Barreira e Adorno (2010) identifica 1.374 (relaciona 345) referências bibliográficas.

pública nos últimos anos, mas foi por meio da questão do crescimento da violência urbana na década de 1990 e das políticas de segurança pública dele derivadas que se viabilizou a aliança de interesses sociais e interesses corporativos que culminaram com a atual configuração do campo de estudos sobre segurança pública. As pesquisas sobre violência urbana e democracia passaram, pouco a pouco, a refletir sobre como essa violência podia ser associada à forma de organização e às respostas do Estado brasileiro a um fenômeno social complexo e multifacetado.

Aceita essa tese, a questão que surge é sobre como podemos compreender tais movimentos. Em termos institucionais, faculto esse cenário ao efeito combinado de políticas de indução democrática levadas a cabo pela Fundação Ford, de um lado, e pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), de outro³.

No caso da Fundação Ford, que recentemente completou cinquenta anos no Brasil, muito se pode discutir sobre o papel que ela exerceu para o processo de retomada da democracia brasileira e/ou sobre as influências que exerce sobre o padrão de desenvolvimento do país. Contudo, no caso da segurança pública, tenho defendido a ideia de que foi por meio dos apoios da Fundação que conseguimos alcançar um conjunto significativo de *stakeholders* mobilizados para o tema da segurança pública e dos direitos humanos.

A Fundação Ford foi a responsável pelos apoios estruturantes e iniciais de praticamente todos os centros de pesquisa especializada,

sejam eles acadêmicos ou não, incluindo o aporte inicial que deu origem ao Núcleo de Estudos da Violência, da Universidade de São Paulo (NEV/USP), e/ou aos primeiros cursos universitários dedicados a policiais ministrados pelo Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas, da Universidade Federal Fluminense (Nufep/UFF). Mais recentemente, a Fundação Ford vem contribuindo para o fortalecimento do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, da Universidade Candido Mendes (CESeC/Ucam) e/ou do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Foi graças a esses apoios que pesquisas puderam e podem ser produzidas, intercâmbios estabelecidos e pesquisadores puderam se dedicar ao tema.

Por fim, uma lembrança fundamental é o apoio da Fundação Ford para a tradução e publicação, pelo NEV/USP e pela Edusp, da coleção “Polícia e Sociedade”, com vários livros clássicos sobre polícia e policiamento no eixo Europa-América do Norte. Essa coleção supriu uma carência de bibliografia disponível em língua portuguesa e pode ser vista como um divisor de águas e como subsídio básico dos vários cursos que foram criados nos últimos anos.

Após o ano 2000, com a criação da Senasp, as políticas de segurança pública no Brasil parecem ter dado uma guinada modernizante e as propostas formuladas no ambiente acadêmico das Ciências Sociais foram sendo assumidas e ressignificadas pelo Estado. A Senasp foi, direta ou indiretamente, a responsável pela entrada em cena e pelo

3 É verdade que também não podemos desconsiderar a contribuição da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH), cuja proximidade com o NEV (Núcleo de Estudos da Violência) foi mesmo maior do que hoje existe com a Senasp. O NEV, nos últimos anos, fez uma inflexão de seu movimento de diálogo com governos e, ao priorizar a pesquisa, tem buscado consolidar ganhos teóricos e metodológicos que podem ser derivados do crescimento do campo de estudos e pesquisas sobre violência, democracia e segurança pública no Brasil. Essa é, inclusive, a proposta de atuação institucional que o Núcleo assumiu junto à Fapesp, que acaba de aprovar um novo Centro de Pesquisa, Inovação e Difusão (Cepid) liderado pelo NEV.

fortalecimento dos municípios como atores relevantes na segurança pública, ao incluí-los como passíveis de serem beneficiados com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública. Da mesma forma, foi pioneira, ao firmar, em 2004, parceria com a Anpocs para financiar amplo edital de pesquisas aplicadas e aproximar organicamente o universo das instituições encarregadas de prover segurança pública nas universidades e nos centros de pesquisa. Foi também por meio da secretaria que os conteúdos dos currículos dos cursos de formação policial e de guardas foram discutidos e a universidade chamada a oferecer cursos regulares na área.

Ou seja, uma série de ações de fomento à democracia foi sendo executada simultaneamente pela Fundação Ford, pela SDH e pela Senasp e provocou o fortalecimento de um discurso político que se tornou hegemônico, gerou tensões nas formas autoritárias de organização e execução de políticas públicas, mas que, paradoxalmente, ainda não conseguiu viabilizar reformas estruturais mais significativas que transformem um modelo voltado para defesa do Estado em um modelo dedicado à defesa da sociedade e da cidadania. A transformação do discurso em práticas de governo ainda enfrenta resistências consideráveis e, por vezes, até mesmo retrocessos.

Entretanto, Letícia Godinho de Souza, em tese de doutorado na UFMG, de 2011, intitulada *Depois do 13º tiro; segurança cidadã, democracia e os impasses do policiamento comunitário no Brasil*, destaca que o Brasil estaria a conviver com um quadro político e institucional similar ao vivenciado pelos Estados Unidos nos final da década de 1960, quando as universidades e várias outras organizações acumularam uma grande quantidade de estudos e pesquisas, provocando questionamentos ao modelo vigente de organização do sistema de justiça criminal e segurança pública do país na época e permitindo

novos olhares e perspectivas acerca dos rumos que as políticas públicas deveriam tomar.

A contribuição da universidade

A relação entre pesquisa acadêmica e política pública foi sendo cada vez mais problematizada. Reconhece-se a necessidade de produzir conhecimento qualificado e de transferi-lo à sociedade em forma de políticas públicas consequentes que venham contribuir para a transformação do cenário de violência existente. Ao mesmo tempo, frisa-se que por certo não cabe à academia uma agenda exclusivamente aplicada às políticas públicas, por maiores que sejam as demandas de segmentos governamentais e da sociedade, bem como a gestão dos recursos disponíveis (Lima e Ratton, 2011).

Segundo essa perspectiva, o envolvimento da universidade com o tema também pode ser visto como um desdobramento do próprio crescimento do sistema de pós-graduação no Brasil, aumentando a oferta de espaços, cursos e pesquisadores disponíveis e sensíveis ao desenvolvimento de programas de pesquisa com tais temas. Mas isso não acontece sem vieses ou com neutralidade. Mais do que uma disputa sobre o sentido da relação entre universidade e políticas públicas, o campo foi sendo informado por diferentes grupos de pesquisa que, nas suas atividades de ensino e pesquisa, foram criando tradições e, mesmo, olhares e discursos específicos sobre a realidade social.

E é seguindo essa linha de raciocínio que podemos pensar a produção acadêmica no Departamento de Sociologia da USP, um dos que quantitativamente mais contribuiu com teses e dissertações sobre temas que poderiam ser associados ao campo de estudos sobre “violência, democracia e segurança pública”, não sem uma vinculação estreita com a figura de Sérgio Adorno e sua trajetória intelectual e política.

Ao falar de Sérgio Adorno, vale frisar que um dos pilares discursivos que ganhou relevo na conformação do campo de estudo sobre segurança pública foi, exatamente, aquele vocalizado pelas pesquisas e projetos capitaneados pelo NEV/USP, criado em 1986, por Sérgio e Paulo Sérgio Pinheiro, ainda como uma reunião física de suas salas privativas na FFLCH/USP e do esforço para construir um programa de pesquisas que teria como pano de fundo a discussão sobre direitos humanos e democracia no Brasil.

Da opção pragmática por intitular o então recém-criado núcleo a partir de uma das questões empíricas que ligavam os programas de pesquisas dos dois professores da FFLCH, a que tratava da “violência”, como tática para se evitar disputas institucionais no interior da universidade⁴, o NEV avançou na conformação daquilo que atualmente constatamos como uma das mais influentes correntes teóricas e metodológicas do campo; o NEV, talvez, involuntariamente e na aliança de dois perfis como os de Sérgio e Paulo Sérgio, seja o primeiro centro de pesquisas no campo a pontuar o vínculo indissociável entre projeto acadêmico e indução de políticas públicas.

Focando o lado da universidade, o NEV ocupou, não exclusivamente mas de modo protagonista, um posto estratégico na transformação de um tema de fronteira em uma das principais linhas de pesquisa da universidade no Brasil ao legitimar o tema junto aos diversos órgãos e associações acadêmicas, por meio da militância universitária e das “escolhas teóricas de Sérgio Adorno.

Por trás dessas “escolhas teóricas”, algumas inovações foram sendo implementadas. Cumpre lembrar que o NEV sempre atuou

organicamente em parceria com a Comissão Teotônio Vilela (CTV), responsável pela ação política de denúncia de violações de direitos humanos e de cobrança de transparência e controle por parte das instituições do Estado. E, ao se portar dessa forma, sempre manteve no horizonte a reivindicação de protagonismo ou engajamento do saber acadêmico na determinação de rumos das políticas públicas, mas com a preocupação de tentar separar espaços e papéis. Esse movimento teve seu ápice com a participação do NEV na formulação dos Planos Nacionais de Direitos Humanos e a assunção de Paulo Sérgio Pinheiro ao cargo de Secretário Nacional de Direitos Humanos, no governo de Fernando Henrique Cardoso.

O Núcleo, à época, sinalizava uma das marcas mais fortes da produção acadêmica na área, ou seja, a permanente conexão entre teoria e pesquisa; sinalizava a emergência da herança da sociologia paulista, consubstanciada na defesa de Florestan Fernandes sobre a importância de estarmos conectados aos problemas da atualidade, ao presente.

E por falar em sociologia paulista, essa postura do NEV e de Sérgio Adorno, em particular, pode ser pensada à luz das disputas que deram origem ao Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo e que, em torno das cadeiras de Sociologia I, chefiada por Florestan Fernandes, e de Sociologia II, encabeçada por Rui Coelho, marcaram, no final dos anos 1960, os professores da geração de Sérgio Adorno.

Por trás dessas disputas, foram travados intensos debates acerca da contribuição da Sociologia enquanto disciplina acadêmica e sua vinculação com projetos de intervenção política e social de seus artífices. Foram

⁴ Em entrevista de 2008, Sérgio Adorno conta como e com quais motivações o NEV foi criado (Lima e Rattton, 2011, p. 93-94).

duas perspectivas sobre como a Sociologia deveria lidar com os problemas sociais; sobre como pensar a Sociologia perante o modelo de desenvolvimento brasileiro, sendo a primeira dedicada a um programa político e institucional e a segunda voltada a um projeto intelectual⁵.

Ou seja, a atuação de Sérgio Adorno à frente do NEV seria, por conseguinte, uma inflexão na tendência de valorizar uma dessas perspectivas em detrimento da outra. Chego a pensar que Sérgio Adorno estaria a ocupar um dos elos de articulação entre essas duas grandes tradições intelectuais. Afinal, conforme podemos depreender de muitos dos relatos colhidos para a elaboração deste texto, sua militância acadêmica vai na direção de defender que contexto sociopolítico, rigor metodológico e rupturas epistemológicas são inerentes ao cotidiano dos sociólogos e demais cientistas sociais, e tais dicotomias parecem remeter mais às disputas por espaços institucionais do que propriamente a antagonismos entre projetos acadêmicos e intelectuais.

Numa síntese possível, em nome do fortalecimento do campo, ao invés de propugnar, por exemplo, o enfraquecimento de outras sociologias que não a dedicada aos estudos sobre violência e democracia no Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, Sérgio Adorno optou por dialogar e construir pontes entre diferentes espaços e projetos acadêmicos, ampliando o alcance e o impacto de seu programa de pesquisa no país⁶.

Sem essa capacidade demonstrada por Sérgio Adorno e por alguns de seus colegas de geração, a produção das Ciências Sociais na USP e nas demais universidades brasileiras teria que lidar com outro e mais geral constrangimento: o do fortalecimento do insulamento da área em relação às demais áreas da ciência e os impactos desse processo na organização da universidade e de seus mecanismos de fomento, avaliação e financiamento.

Nesse processo, a ação de Adorno enquanto articulador acadêmico é destacada nos depoimentos colhidos. Não são poucos os que lembram seu empenho na formação de jovens pesquisadores (ele orientou, entre 1991 e 2013, 24 dissertações de mestrado e 22 teses de doutorado, entre outras participações em bancas e concursos) e seu trabalho de construção institucional das Ciências Sociais, na medida em que essa postura está em linha com os critérios internacionais de qualidade e excelência, fatores centrais para a posição que o Brasil ocupa hoje no mundo.

Critérios que exigem a estruturação de espaços de coordenação e fomento à pesquisa científica e tecnológica e que, inexoravelmente, nos colocam diante de um cenário pelo qual ou nos associamos e buscamos influenciar suas regras e temporalidades, ou corremos o risco de isolar as Ciências Sociais, dado que nossa capacidade de ação política necessária a reverter tal quadro é limitada.

Diante desse cenário, o fortalecimento de agências e associações de coordenação, pesquisa e avaliação, como Capes, CNPq, Fapesp, Anpocs, SBS, entre outras, deixa de

5 Para uma discussão detalhada sobre as disputas entre as cadeiras de Sociologia I, chefiada por Florestan Fernandes, e Sociologia II, chefiada por Rui Coelho, ver Jackson (2007).

6 Vale pensar que esse cenário é mais forte se comparado a outros programas de pós-graduação no país, na medida em que Sérgio Adorno se transformou em um dos nomes com mais teses e dissertações defendidas sob sua orientação. Todavia, no caso específico do Departamento de Sociologia da USP, que reúne o maior número de docentes e pesquisadores do país, o tema ainda é circunscrito ao programa de pesquisa do próprio Adorno e, numa ampliação, ao de Marcos Cesar Alvarez, um dos seus primeiros orientandos.

ser uma mera formalidade burocrática. Tal movimento reduz o espaço de projetos individuais e, não sem tensões, estabelece um padrão de trabalho em rede que ainda não foi completamente absorvido pela universidade brasileira, em especial pelas Ciências Humanas. O exemplo mais atual desse movimento é o programa dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs), do CNPq e parcerias de diversas outras agências de fomento nacionais e estaduais. Os INCTs buscam reunir grupos de pesquisa consolidados em torno de um grande e comum programa de trabalho e são uma aposta integradora de esforços, mas ainda esbarram em não poucas limitações burocráticas e financeiras para a persecução de seus objetivos⁷.

E é nessa perspectiva que pessoas com perfil conciliador como o de Sérgio Adorno ganham vantagens táticas e passam a ocupar as posições-chave na estrutura da universidade brasileira, uma das marcas de sua geração. Sua conquista mais recente é ocupar a direção da FFLCH por incentivo e articulação de um grupo muito amplo de pessoas ligadas à faculdade. E é importante destacar que o fato de uma geração assumir posições políticas e funções dispostas a construir pontes de diálogo não diminui a importância da crítica e da autonomia do intelectual, muito ao contrário. No caso, a autonomia e a coerência de Adorno, por mais que se possa eventualmente discordar de seus encaminhamentos e dos seus tempos, podem ser vistas como uma das peças-chave para compreender os movimentos e as contribuições da USP ao debate acerca do campo de pesquisa sobre “violência, democracia e segurança pública”.

Dito isso, constata-se que o argumento que utilizei anteriormente e que afirmava que idiosincrasias e características pessoais têm forte impacto na conformação do campo de estudos sobre “violência, democracia e segurança pública” tem na trajetória de Sérgio Adorno uma de suas principais referências. Em todos os depoimentos colhidos para a redação deste texto, não só a carreira profissional foi muito realçada, mas também sua trajetória pessoal, que ganha ainda mais relevo quando contextualizada diante dos desafios da Sociologia brasileira na atualidade. Porém, num traço comum a todos os depoimentos e às esferas de atuação de Sérgio Adorno, o rigor e a dedicação mostram suas impressões digitais, mesmo que isso implique, potencialmente, um ritmo de vida que “normalize” sobrecargas de responsabilidades, prazos e afazeres.

E é nessa busca por rigor que Sérgio inaugura em São Paulo, em meados da década de 1980, o aprofundamento da Sociologia no estudo do pensamento foucaultiano e na pesquisa sobre a violência, marcas que lhe são características e revelam a sintonia com o seu tempo. Ainda fazendo referência a Lima e Ratton (2011), todos os entrevistados daquele livro concordaram sobre a importância de Foucault, em especial em *Vigiar e punir*, para as pesquisas pioneiras do campo. O tema das prisões, já em 1973, com as contribuições de Michel Misse e Julita Lemgruber, no Rio de Janeiro, ganharia o espaço da universidade e chegaria com força a São Paulo por meio do Cedec, nos anos 1980, onde seria produzida pelas mãos de Rosa Maria Fischer e Sérgio Adorno uma obra de referência para os estudos da área. Tal obra é

7 Há dois INCTs diretamente vinculados ao campo de estudos sobre “segurança pública e sociedade”, sendo um deles liderado por Sérgio Adorno (USP) e o outro por Roberto Kant de Lima (UFF). Há ainda dois outros INCTs que possuem, em seus programas, projetos que os vinculam à temática, mas que não são diretamente dedicados a estudos que possam inseri-los entre os do campo mencionado: CEM/Cebrap e OM/UFRJ.

lembrada pelo pioneirismo metodológico e pelo fato de que diversas das questões que gerou se transformaram em pontos obrigatórios para aqueles que buscam estudar prisões no país. Ainda hoje, a maioria dos principais pesquisadores envolvidos com a temática do encarceramento são ex-orientandos de Sérgio Adorno.

Retomando a conversa que serviu de ponto de partida para este meu texto, se de fato há uma contribuição da “escola” paulista de estudos sobre violência e se o NEV era um dos responsáveis por tal quadro, justifica-se, portanto, um esforço de exegese intelectual da produção acadêmica de e orientada por Sérgio Adorno. Por esse esforço, a força de um programa intelectual fortemente pautado pelo presente e por um projeto de democracia e justiça no Brasil é exatamente o que se pode inferir da produção do próprio Sérgio Adorno e daqueles que puderam contar com a sua orientação de pós-graduação. É possível pensar num grande recorte analítico que, influenciado por Foucault, se circunscreveria nos modos contemporâneos de governar; nos mecanismos de poder e saber de instituições de (re)socialização e administração pública ou privada de conflitos e de como Estado, mídia e imaginário social operam valores e concebem direitos.

Em conclusão, os estudos sobre violência e democracia liderados por Sérgio Adorno configuram um robusto programa de pesquisas que pode ser assumido como um rico microcosmo da produção acadêmica nas Ciências Sociais em São Paulo e, mesmo, no Brasil. Por certo, vários outros nomes contribuíram e contribuem para as atuais configurações do campo de estudos sobre violência, democracia e segurança pública, mas, ao redigir este texto, friso minha intenção de contribuir para uma história das ideias que circulam e dão sentido às principais pautas da agenda atual do nosso campo.

Numa analogia com a ópera, gênero artístico de predileção de Sérgio Adorno e que faz o casamento entre música e teatro, friso meu propósito de tentar aproximar reflexão teórica, mesmo que ainda exploratória, e tributo a uma trajetória que, a meu ver, merece destaque e estimula gerações.

Principais itens de produção bibliográfica de Sérgio Adorno

Artigos completos publicados em periódicos

1. ADORNO, S.; MINAYO, M. C. S. (2013). “Risco e (in)segurança na missão policial”. *Ciência e Saúde Coletiva* (Impresso), v. 18, p. 585-593.
2. ADORNO, S. (2012). “O autor nos escritos de Foucault: entre o discurso e a morte”. *Jornal de Psicanálise*, v. 45, p. 113-128.
3. PERES, M. F. T.; ALMEIDA, J. F. de; VICENTIN, D.; RUOTTI, C.; NERY, M. B.; CERDA, M.; CARDIA, N.; ADORNO, S. (2012). “Evolução dos homicídios e indicadores de segurança pública no Município de São Paulo entre 1996 a 2008: um estudo ecológico de séries temporais”. *Ciência e Saúde Coletiva* (Impresso), v. 17, p. 3249-3257.
4. ADORNO, S.; NERY, M. B.; PERES, M. F. T.; CARDIA, N.; VICENTIN, D. (2012). “Regimes espaciais: dinâmica dos homicídios dolosos na cidade de São Paulo entre 2000 e 2008”. *Revista Panamericana de Salud Pública* (Impressa); *Pan American Journal of Public Health* (Impressa), v. 32, p. 405-412.
5. PERES, M. F. T.; VICENTIN, D.; NERY, M. B.; LIMA, R. S.; SOUZA, E. R.; CERDA, M.; CARDIA, N.; ADORNO, S. (2011). “Queda dos homicídios em São Paulo: uma análise descritiva”. *Revista Panamericana de Salud Pública* (Impressa); *Pan American Journal of Public Health* (Impressa), v. 29, p. 17-26.
6. ADORNO, S.; PERES, M. F. T.; ALMEIDA, J. F. de; CERDA, M.; CARDIA, N. (2011). “Fall in homicides in the city of São Paulo: an exploratory analysis of possible determinants”. *Revista Brasileira de Epidemiologia* (Impresso), v. 14, p. 709-721.

7. ADORNO, S.; PERES, M. F. T.; ALMEIDA, J. F. de; VICENTIN, D.; CERDA, M.; CARDIA, N. (2011). "Queda dos homicídios no município de São Paulo: uma análise exploratória de possíveis condicionantes". *Revista Brasileira de Epidemiologia* (Impresso), v. 14, p. 709-721.
8. ADORNO, S.; PASINATO, W. (2010). "Violência e impunidade penal: da criminalidade detectada à criminalidade investigada". *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 3, p. 51-84.
9. ADORNO, S. (2010). "História e desventura: O 3º Programa Nacional de Direitos Humanos". *Novos Estudos Cebrap* (Impresso), v. 3, p. 5-20.
10. ADORNO, S. (2010). "Entrevista revista Aurora". *Revista de Filosofia: Aurora* (Impresso), PUC-PR, v. 1, p. 12-18.
11. ADORNO, S.; CARDIA, N. (2009). "Democracy, violence and human rights in contemporary Brazil". *LASA Forum*, v. XL, p. 23-25.
12. ADORNO, S. (2009). A socialização da violência. *Cidade Nova*, São Paulo, v. 1, p. 26-27.
13. ADORNO, S. (2008). "Políticas públicas de segurança e justiça penal". *Cadernos Adenauer*, São Paulo, v. IX, p. 9-27.
14. PERES, M. F. T.; CARDIA, N.; MESQUITA Neto, P.; SANTOS, P. C.; ADORNO, S. (2008). "Homicídios, desenvolvimento socioeconômico e violência policial em São Paulo, Brasil". *Revista Panamericana de Salud Pública* (Impressa); *Pan American Journal of Public Health* (Impressa), v. 23, p. 268-273.
15. ADORNO, S.; PASINATO, W. (2007). "A justiça no tempo, o tempo da justiça". *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP* (Impresso), v. 19, p. 131-155.
16. ADORNO, S.; SALLA, F. A. (2007). "Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC". *Estudos Avançados* (Impresso), USP, v. 61, p. 7-29.
17. ADORNO, S. (2006). "A violência brasileira: um retrato sem retoques". *Clio*, Lisboa, p. 241-262.
18. ADORNO, S. (2006). "Crimen, punición y prisiones en Brasil: un retrato sin retoques". *Quórum*, Alcalá de Henares, v. 16, p. 41-49.
19. ADORNO, S. (2005). "Le monopole étatique de la violence: le Brésil face à l'héritage occidental". *Cultures et Conflits*, v. 59, p. 149-174.
20. ADORNO, S.; PERALVA, A. (2005). "Dialogues sur la violence en France et au Brésil". *Cultures et Conflits*, v. 59, p. 5-9.
21. ADORNO, S. (2004). "O monopólio estatal da violência". *Revista da Oficina de Informações*, São Paulo, v. 52, p. 50-51.
22. ADORNO, S. (2004). "O direito na política moderna". *Cult*, São Paulo, v. 81, p. 57-60.
23. ADORNO, S. (2004). "No Brasil, carência de dados não permite prospecção". *Scientific American Brasil*, v. 23, p. 72-73.
24. ADORNO, S.; CARDIA, N. (2003). "Impunidade e violência". *Revista Pesquisa Fapesp*, v. 1, n. 88, p. 20-23.
25. ADORNO, S.; CARDIA, N.; POLETO, F. (2003). "Homicide rates and human rights violations in Sao Paulo, Brazil 1990 to 2002". *Health and Human Rights – An International Journal*, v. 6, n. 2, p. 15-33.
26. ADORNO, S.; CARDIA, N.; POLETO, F. (2003). "Homicídio e violação de direitos humanos em São Paulo". *Estudos Avançados*, v. 17, p. 43-73.
27. ADORNO, S. (2002). "Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea". *Jornal de Psicologia – PSI*, p. 7-8, abr.-jun.
28. ADORNO, S. (2002). "Crise no sistema de justiça criminal". *Ciência e Cultura*, SBPC, São Paulo, p. 50-51.
29. ADORNO, S. (2002). "A delinquência juvenil em São Paulo: mitos, imagens e fatos". *Pro-Posições*, Unicamp, p. 45-70.
30. ADORNO, S. (2002). "Exclusão socioeconômica e violência urbana". *Sociologias*, Porto Alegre, n. 8, p. 84-135.
31. ADORNO, S. (2001). "Dor e sofrimento: presenças ou ausências na obra de Foucault?". *Cadernos da FFC*, Marília, v. 9, n. 1, p. 11-33.
32. ADORNO, S.; BORDINI, E. B. T.; LIMA, R. S. (2000). "O adolescente e as mudanças na

- criminalidade urbana em São Paulo”. *São Paulo em Perspectiva. Revista da Fundação Seade*, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 62-74.
33. ADORNO, S. (2000). “Segurança pública e direitos humanos. Entrevista de Luiz Eduardo Soares a Sérgio Adorno”. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 57, p. 141-154.
34. ADORNO, S. (2000). “Direito e democracia”. *Diálogos & Debates*, São Paulo, v. 1, p. 30-37.
35. ADORNO, S. (1999). “Insegurança versus direitos humanos: entre a lei e a ordem”. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 129-153.
36. ADORNO, S. (1998). “Conflitualidade e violência: reflexões sobre a anomia na contemporaneidade”. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 19-47.
37. ADORNO, S.; BORDINI, E. B. T.; LIMA, R. S.; FEIGUIN, D.; BIDERMAN, F. (1998). “O adolescente e a criminalidade urbana em São Paulo”. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 6, n. 23, p. 189-204.
38. ADORNO, S. (1997). “O social e a sociologia em uma era de incertezas”. *Plural*, São Paulo, v. 4, p. 1-27.
39. ADORNO, S.; PERALVA, A. (1997). “Estratégias de intervenção policial no Estado contemporâneo”. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 1-4.
40. ADORNO, S. (1997). “Violence urbaine, justice sociale et organisation sociale du crime”. *Cahiers du Brésil Contemporain*, Paris, v. 31, p. 37-48.
41. ADORNO, S. (1996). “Violência, justiça penal e organização social do crime”. *Lei & Liberdade*, Rio de Janeiro, v. 47, p. 30-33.
42. ADORNO, S. (1996). “Racismo, criminalidade violenta e justiça penal: réus brancos e negros em perspectiva comparativa”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, p. 283-300.
43. ADORNO, S. (1995). “Violência, Estado e sociedade: notas sobre os desafios à cidadania e à consolidação democrática no Brasil”. *Cadernos Ceru*, São Paulo, v. 6, p. 37-51.
44. ADORNO, S. (1995). “Descriminação racial e justiça criminal em São Paulo”. *Novos Estudos Cebrap* (Impresso), São Paulo, v. 43, p. 45-63.
45. ADORNO, S. (1995). “A violência na sociedade brasileira: um painel inconcluso em uma democracia não consolidada”. *Sociedade e Estado* (Impresso), UnB, Brasília, v. 10, n. 2, p. 299-342.
46. ADORNO, S. (1994). “Dossiê judiciário. Apresentação”. *Revista USP*, São Paulo, v. 21, p. 7-11.
47. ADORNO, S. (1994). “Crime, justiça penal e desigualdade jurídica. Os crimes que se contam no Tribunal do Júri”. *Revista USP*, São Paulo, v. 21, p. 132-51.
48. ADORNO, S. (1994). “Violência, controle social e cidadania”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, v. 41, p. 101-127.
49. ADORNO, S. (1993). “Ciência, informação, verdade e universalidade. A propósito de ‘A violência na América Latina’”. *RBCS – Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 21, p. 40-43.
50. ADORNO, S.; PINHEIRO, P. S. (1993). “Violência contra crianças e adolescentes, violência social e Estado de Direito”. *São Paulo em Perspectiva* (Impresso), São Paulo, v. 7, n. 1, p. 106-117.
51. ADORNO, S. (1993). “Pena de morte, controle social e democracia”. *Jornal CRP-6*, São Paulo, v. 81, p. 6-6.
52. ADORNO, S.; KAHN, T. (1993). “Pena de morte: para que e para quem serve esse debate?”. *Cultura Vozes*, São Paulo, v. 87, n. 3, p. 14-36.
53. ADORNO, S. (1993). “O abolicionismo na Academia de Direito de São Paulo”. *Resgate. Revista de Cultura*, São Paulo, v. 5, p. 93-101.
54. ADORNO, S. (1993). “Violência urbana e justiça criminal. Desafio do crime organizado ainda sem resposta adequada”. *Carta Política*, São Paulo, v. 43, p. 6-6.
55. ADORNO, S. (1993). “A criminalidade urbana violenta no Brasil: um recorte temático”. *BIB – Boletim Bibliográfico e Informativo em Ciências Sociais*, São Paulo, v. 35, p. 3-24.

56. ADORNO, S. (1992). "Violência x democracia ou a dificuldade brasileira em lidar com a diferença". *Ponto-e-vírgula*, PUC-SP, São Paulo, v. 6, p. 24-28.
57. ADORNO, S. (1992). "Democracia e pena de morte: as antinomias de um debate". *Travessia. Revista do Migrante*, São Paulo, v. 5, n. 13, p. 18-26.
58. ADORNO, S. (1992). "O massacre na Casa de Detenção de São Paulo". *Boletim da ABA*, São Paulo, v. 13, p. 8-9.
59. ADORNO, S. (1991). "Sistema penitenciário no Brasil: problemas e desafios". *Revista Direitos Humanos*, Recife, v. VI, n. 9, p. 23-32.
60. ADORNO, S. (1991). "O sistema penitenciário no Brasil (problemas e desafios)". *Revista USP*, São Paulo, v. 9, p. 65-78.
61. ADORNO, S. (1991). "A socialização incompleta: os jovens delinquentes expulsos da escola". *Cadernos de Pesquisa* (Impresso), Fundação Carlos Chagas, São Paulo, v. 79, p. 76-80.
62. ADORNO, S. (1991). "A socialização na delinquência: reincidentes penitenciários em São Paulo". *Cadernos*, São Paulo, v. 3, p. 113-147.
63. ADORNO, S. (1991). "A prisão sob a ótica de seus protagonistas". *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP* (Impresso), São Paulo, v. 3, n. 1-2, p. 7-40.
64. ADORNO, S. (1991). "Violência urbana, justiça criminal e organização social do crime". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, v. 33, p. 145-156.
65. ADORNO, S. (1990). "A gestão filantrópica da pobreza urbana". *São Paulo em Perspectiva. Revista da Fundação Seade*, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 8-17.
66. ADORNO, S.; BORDINI, E. B. T. (1989). "Reincidência e reincidentes penitenciários em São Paulo". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 9, n. 3, p. 70-94.
67. ADORNO, S. (1989). "Violência urbana e justiça criminal. O ponto de vista dos cientistas sociais". *Travessia, Revista do Migrante*, v. 2, n. 4, p. 17-20.
68. ADORNO, S. (1989). "A revolução descolonizadora na América Latina". *Documentos*, São Paulo, v. 2, p. 1-14.
69. ADORNO, S.; PINHEIRO, P. S. (1988). "A tortura resiste". *Humanidades*, v. 5, n. 18, p. 63-66.
70. ADORNO, S.; ARAUJO, B. J.; CASTRO, M. M. P.; RESENDE, R. G. A. (1987). "A questão agrária nas assembleias constituintes de 1934 e 1946". *Cadernos de Política Comparada*, FFLCH-USP, v. 3, n. 1, p. 10-34.
71. ADORNO, S.; FISCHER, R. M. (1987). "Políticas penitenciárias, um fracasso?" *Lua Nova* (Impresso), v. 34, p. 70-79.
72. ADORNO, S.; BORDINI, E. B. T. (1987). "Migração e criminalidade". *São Paulo em Perspectiva* (Impresso), v. 1, n. 2, p. 36-38.
73. ADORNO, S.; ARAUJO, B. J.; CASTRO, M. M. P.; RESENDE, R. G. A. (1987). "A questão agrária nas Assembleias Constituintes de 1834 e 1946". *Novos Rumos*, São Paulo, p. 65-107.
74. ADORNO, S.; BORDINI, E. B. T. (1986). "Homens persistentes, instituições obstinadas: a reincidência na penitenciária de São Paulo". *Temas Imesc – Sociedade Direito e Saúde*, v. 3, n. 1, p. 87-109.
75. ADORNO, S.; E., N.; J. R., S. F. (1986). "Revolução ou revolução?" *Lua Nova* (Impresso), São Paulo, v. 3, p. 38-40.
76. ADORNO, S.; BORDINI, E. B. T. (1985). "Estimativa da reincidência criminal: variações segundo estratos ocupacionais e categorias criminais". *Temas Imesc – Sociedade Direito e Saúde*, v. 2, n. 1, p. 11-29.
77. ADORNO, S.; CASTRO, M. M. P. (1985). "A pobreza colonizada". *Serviço Social & Sociedade*, v. VI, n. 17, p. 49-72.
78. ADORNO, S.; BORDINI, E. B. T.; RODELLO, C. C. M. (1984). "Estimativa da reincidência criminal". *Temas Imesc – Sociedade Direito e Saúde*, v. 1, n. 1, p. 49-69.
79. ADORNO, S.; CASTRO, M. M. P.; RESENDE, R. G. A.; CHACON, Y. C. P. (1984). "Preso um dia, preso toda a vida: a condição de estigmatizado do egresso penitenciário". *Temas Imesc – Sociedade Direito e Saúde*, v. 1, n. 2, p. 101-107.
80. ADORNO, S.; BORDINI, E. B. T.; RODELLO, C. C. M. (1983). "Avaliação do regime de livramento condicional". *Revista do Imesc*, v. 6, n. 1, p. 7-18.

Livros publicados/organizados ou edições

1. ADORNO, S.; ADORNO, S. (1988). *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
2. ADORNO, S. (1985). *O que todo cidadão precisa saber sobre constituição*. São Paulo: Global.

Capítulos de livros publicados

1. ADORNO, S. (2013). "O perfil da violência brasileira contemporânea e as respostas do Estado". In: BIASOTO JR., G.; PALMA e SILVA, L. A. (orgs.). *Aporias para o planejamento público*. São Paulo: Fundap. v. 1, p. 159-176.
2. ADORNO, S. (2013). "A banalidade da violência contemporânea: o problema da anestesia moral". In: BREPOHL, M. (org.). *Eichmann em Jerusalém: 50 anos depois*. Curitiba: UFPR. p. 79-101.
3. ADORNO, S. (2011). "Violência e crime: sob o domínio do medo na sociedade brasileira". In: BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. (orgs.). *Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança*. São Paulo: Companhia das Letras. p. 554-565.
4. ADORNO, S. (2011). "Entrevista sobre direitos humanos no Brasil". In: LIMA, R. S.; RATTON, J. L. (org.). *As ciências sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Urbania; Anpocs. p. 76-97.
5. ADORNO, S. (2010). "Linchamentos e poder". In: BARREIRA, C. (org.). *Violência e conflitos sociais*. Campinas: Pontes. v. 1, p. 69-87.
6. ADORNO, S.; BARREIRA, C. (2010). "A violência na sociedade brasileira". In: MARTINS, C. B.; MARTINS, H. H. T. de S. (org.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Barcarolla. v. 1, p. 303-374.
7. ADORNO, S. (2009). "Análise de pesquisa". *DNA paulistano*. São Paulo, p. 359-362.
8. ADORNO, S. (2009). "Desafios teóricos contemporâneos da sociologia latino-americana". In: SANTOS, J. V. T. (org.). *Mundialização e*

sociologia crítica da América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS. v. 1, p. 173-196.

9. ADORNO, S. (2009). "Anomia, um conceito, uma história, um destino". In: MASSELLA, A. B.; PINHEIRO FILHO, F.; AUGUSTO, M. H. O.; WEISS, R. (orgs.). *Durkheim: 150 anos*. Belo Horizonte: Argumentum. v. 1, p. 131-155.
10. ADORNO, S. (2008). "Uma história social do crime e da punição". In: GOMES, A. C. (orgs.). *Leituras críticas sobre Boris Fausto*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. p. 81-108.
11. ADORNO, S. (2008). "Riqueza e violência no cenário brasileiro". In: SAMPAIO FERRAZ JR.; SALOMÃO FILHO, C.; NUSDEO, F. (orgs.). *Poder econômico. Direito, pobreza, violência, corrupção*. São Paulo: Manole. p. 121-134.
12. ADORNO, S. (2008). "Direitos humanos". In: OLIVEN, R. G.; RIDENTI, M.; BRANDÃO, G. M. (orgs.). *A Constituição de 1988 na vida brasileira*. São Paulo: Hucitec. v. 1, p. 191-224.
13. ADORNO, S.; CARDIA, N. (2008). "A universidade e os direitos humanos". In: MARCÍLIO, M. L. (orgs.). *A Declaração Universal dos Direitos Humanos: 60 anos*. São Paulo: Edusp. p. 193-222.
14. ADORNO, S.; CARDIA, N.; CUBAS, V. O.; ALVES, R. A.; NATAL, A. L. (2008). "Direitos humanos, acesso à informação e inclusão digital". In: RIFIOTIS, T.; HIDRA, T. (orgs.). *Educação em direitos humanos. Discursos críticos e temas contemporâneos*. Florianópolis: UFSC. p. 59-78.
15. ADORNO, S. (2007). "A USP e a desobediência civil". In: LAJOLO, F. M.; SILVA, J. A.; COSTA, W. M. (orgs.). *A USP em debate: o que se escreveu sobre a USP no 1º semestre de 2007*. São Paulo: Edusp. v. 1, p. 29-34.
16. ADORNO, S.; LAMIN, C. (2006). "Medo, violência e insegurança". In: LIMA, R. S.; PAULA, L. (orgs.). *Segurança pública e violência: o Estado está cumprindo seu papel?* São Paulo: Contexto. v. 1, p. 151-171.
17. ADORNO, S. (2006). "Foucault, a lei e o direito". In: ALVAREZ, M. C.; MISKOLCI, R.; SCAVONE, L. (orgs.). *O legado de Foucault*. São Paulo: Ed. Unesp. p. 201-222.

18. ADORNO, S. (2005). "Direito e ciências humanas". In: NOBRE, Marcos *et al.* (org.). *O que é pesquisa em direito?* São Paulo: Quartier Latin. p. 109-118.
19. ADORNO, S. (2002). "Youth crime in Sao Paulo: myths, images and facts". In: ROTKER, S. (ed.). *Citizens of fear: urban violence in Latin America*. New York: Rutgers; The State University of New Jersey Press. p. 102-116.
20. ADORNO, S.; JOÃO, P. (2002). "Políticas de controle e repressão ao tráfico internacional de drogas: estudo comparativo Brasil e Portugal (1980-1990)". In: PUREZA, J. M.; FERREIRA, A. C. (orgs.). *A teia global. Movimentos sociais e instituições*. Porto: Afrontamento. v. 4. p. 219-253.
21. ADORNO, S. (2002). "Monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea". In: MICELI, S. (org.). *O que ler na ciência social brasileira 1970-2002*. São Paulo: Sumaré. v. IV. p. 267-307.
22. ADORNO, S.; CARDIA, N. (2002). "Das análises sociais aos direitos humanos". In: BROOKE, N.; WITOSHYNKY, M. (orgs.). *Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil*. São Paulo: Edusp. p. 201-240.
23. ADORNO, S.; CARDIA, N. (2002). "From social analysis to human rights". In: BROOKE, N.; WITOSHYNKY, M. (orgs.). *Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil*. São Paulo: Edusp. p. 419-455.
24. ADORNO, S. (2002). "As cidades brasileiras no século XXI: qualidade de vida". *Memória da Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação*, CGEE. v. 2.
25. ADORNO, S.; CARDIA, N. (2002). "Violência, crime, insegurança: há saídas possíveis?" In: FONSECA, R. B.; DAVANZO, A. M. Q.; NEGREIROS, R. M. C. (orgs.). *Livro verde: desafios para a gestão da Região Metropolitana de Campinas*. Campinas: Unicamp. p. 303-333.
26. ADORNO, S. (2001). *It's in the blood: notes on race attitudes in Brazil*. Hamilton & All, *Beyond Racism*. London: Lynne Rienner.
27. ADORNO, S. (2000). "Adolescentes, crime e violência". In: ABRAMO, H. W.; FREITAS, M. V.; SPOSITO, M. P. (orgs.). *Juventude em debate*. São Paulo: Cortez. p. 97-110.
28. ADORNO, S. (2000). "La delincuencia juvenil en San Pablo: mitos, imágenes y hechos". In: ROTKER, S. (org.). *Ciudadanías del miedo*. Caracas: Nueva Ciudad; Rutgers, The State University of New Jersey Press. p. 95-109.
29. ADORNO, S. (1999). "Consolidação democrática e políticas de segurança pública no Brasil: rupturas e continuidades". In: ZAVERUCHA, J. (org.). *Democracia e instituições políticas brasileiras no final do século XIX*. Recife: Bagaço. p. 149-189.
30. ADORNO, S.; CASTRO, M. M. P. (1999). "Direitos humanos para crianças e adolescentes: o que há para comemorar?" In: AMARAL Jr., A.; PERRONE-MOISÉS, C. (orgs.). *O cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos Humanos*. São Paulo: Edusp; Fapesp. p. 265-289.
31. ADORNO, S. (1999). "Violência e civilização". In: TAVARES DOS SANTOS, J. V. (org.). *A sociologia para o século XXI*. Pelotas: Ed. Universidade Católica de Pelotas. p. 77-106.
32. ADORNO, S. (1999). "Violência e civilização". In: ELBERT, C. A. (org.). *La criminología del siglo XXI en América Latina*. Buenos Aires: Rubinzal-Culzoni. p. 129-158.
33. ADORNO, S. (1999). "Racial discrimination and criminal justice in São Paulo". In: REICHMANN, R. (ed.). *Race in contemporary Brazil: from indifference to equality*. Pennsylvania: The Pennsylvania University Press. p. 123-137.
34. ADORNO, S. (1999). "Prisões, violência e direitos humanos no Brasil". In: PINHEIRO, P. S.; GUIMARÃES, S. P. (orgs.). *Direitos humanos no século XXI*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. v. 2, p. 1005-1030.
35. ADORNO, S. (1998). "O gerenciamento público da violência urbana: a justiça em ação". In: PINHEIRO, P. S. (org.). *São Paulo sem medo: um diagnóstico da violência urbana*. Rio de Janeiro: Garamond. p. 227-246.
36. ADORNO, S.; CARDIA, N. (1998). "Dilemas do controle democrático da violência: execuções sumárias e grupos de extermínio. São Paulo (Brasil), 1980-89". In: TAVARES DOS SANTOS, J. V. (org.). *Violências em tempo de globalização*. São Paulo: Hucitec. p. 66-90.

37. ADORNO, S. (1998). "Consolidação democrática e políticas de segurança no Brasil". In: ZAVERUCHA, J. (org.). *Democracia e instituições políticas brasileiras no final do século XX*. Recife: Bagaço. p. 149-189.
38. ADORNO, S. (1996). *Violência e racismo: discriminação no acesso à justiça penal. raça e diversidade*. São Paulo: Edusp; Estação Ciência.
39. ADORNO, S. (1995). *Violência, ficção e realidade: sujeito, o lado oculto do receptor*. São Paulo: Brasiliense. p. 181-188.
40. ADORNO, S. (1994). "Criminal violence". In: *Modern Brazilian society: social changes, crime and police*. Switzerland: Harwood.
41. ADORNO, S. (1994). "Children in Brazil: legislation and citizenship". In: RIZZINI, I. (org.). *Children in Brazil today: a challenge for the third millennium*. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula. p. 103-115.
42. ADORNO, S. (1994). "Cidadania e administração da justiça criminal". In: DINIZ, E.; LEITE LOPES, J. S.; PRANDI, J. R. (orgs.). *O Brasil no rastro da crise*. São Paulo; Brasília: Hucitec; Anpocs/Ipea. p. 304-327.
43. ADORNO, S. (1993). "Criança: a lei e cidadania". In: RIZZINI, I. (org.). *A criança no Brasil hoje: desafio para o terceiro milênio*. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula. p. 101-112.
44. ADORNO, S. (1993). "Impasses e desafios à administração carcerária". In: AZEVEDO MARQUES, J. B.; MACHADO, M. L. (orgs.). *História de um massacre*. São Paulo; Brasília: Cortez; OAB.
45. ADORNO, S. (1993). "The stage of knowledge in Brazil". In: ROBERT, P. (org.). *Crime and prevention policy*. Freiburg: Max Planck Institut für ausländisches und internationales Strafrecht. p. 17-32.
46. ADORNO, S. (1992). *A socialização incompleta: os jovens delinquentes expulsos da escola*. Campinas: Papirus. p. 125-134. (Sociedade civil e educação).
47. ADORNO, S. (1991). "A experiência precoce da punição". In: MARTINS, J. S. (org.). *O massacre dos inocentes: crianças sem infância no Brasil*. São Paulo: Hucitec. p. 181-208.
48. ADORNO, S. (1991). "Educação e patrimonialismo". In: MARTINS, C. B. (org.). *O público e o privado na educação brasileira contemporânea*. Campinas: Centro de Estudos de Educação e Sociedade.
49. ADORNO, S. (1991). "La precoce esperienza della punizioni". In: MARTINS, J. S. (org.). *L'infanzia negata*. Chieti Scalo: Vecchio Faggio. p. 201-233.
50. ADORNO, S. (1991). "Bilan des connaissances au Brésil". In: ROBERT, P. (org.). *Les politiques de la prévention de la délinquance*. Paris: L'Harmattan. p. 29-42.
51. ADORNO, S. (1990). "Nos limites do direito, nas armadilhas da tradição". In: COGGIOLLA, O. (org.). *A Revolução Francesa e seu impacto na América Latina*. São Paulo: Nova Fronteira; Edusp. p. 181-191.
52. ADORNO, S. (1989). *As raízes da colonização. História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Jr.* São Paulo: Brasiliense. p. 335-343.
53. ADORNO, S.; CASTRO, M. A. (1987). *A arte de administrar a pobreza: a assistência social institucionalizada em São Paulo. Foucault vivo*. Campinas: Papirus. p. 101-109.
54. ADORNO, S. (1985). "No tripúdio dos vícios e das paixões. Pequenas notas sobre a questão do obsceno na obra de José de Alencar". In: *Jornadas impertinentes: o obsceno*. São Paulo: Hucitec. p. 90-96.

Bibliografia

- ADORNO, S. (1993). "A criminalidade urbana violenta no Brasil: um recorte temático". *BIB – Boletim Bibliográfico e Informativo em Ciências Sociais*, São Paulo, v. 35, p. 3-24.
- BARREIRA, C.; ADORNO, S. (2010). "A violência na sociedade brasileira". In: MARTINS, C. B.; MARTINS, H. H. T. S. (orgs.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Barcarolla. v. 1. p. 303-374.

- JACKSON, L. C. (2007). "Gerações pioneiras na sociologia paulista (1940-1965)". *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, v. 19, p. 115-130.
- KANT DE LIMA, R.; MISSE, M.; MIRANDA, A. P. M. (2000). "Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia". *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 50, p. 45-123.
- LIMA, R. S. (2011). *Entre palavras e números: violência, democracia e segurança pública no Brasil*. São Paulo: Alameda.
- LIMA, R. S.; BUENO, S.; MINGARDI, G. (2013). *Estado, polícias e segurança pública no Brasil*. São Paulo: Centro de Pesquisas Jurídicas Aplicadas da Fundação Getúlio Vargas. (Texto para discussões).
- LIMA, R. S.; PAULA, L. (orgs.). (2013). *Segurança pública e violência: o Estado está cumprindo seu papel?* São Paulo: Contexto. v. 1
- LIMA, R. S.; RATTON, J. L. A. (orgs.). (2011). *As ciências sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil*. São Paulo: FBSP; Anpocs; Urbana.
- LIMA, R. S.; SINHORETTO, J. (2012). "Qualidade da democracia e polícias no Brasil". In: DURÃO, S.; DARCK, M. (orgs.). *Polícia, segurança e ordem pública – perspectivas portuguesas e brasileiras*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais. v. 1. p. 53-72.
- PAULA, L. (2013). "Violência, Estado e sociologia no Brasil". In: SILVA, F. G.; RODRIGUEZ, J. R. (orgs.). *Manual de sociologia jurídica*. São Paulo: Saraiva. v. 1. p. 309-326.
- VASCONCELOS, F. T. R. (2009). *Violência e academia: a construção político-institucional do Núcleo de Estudos da Violência – NEV/USP*. Dissertação de mestrado, Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- _____. (2011). "A polícia à luz da sociologia da violência: 'policiólogos' entre a crítica e a intervenção". *Revista Brasileira de Segurança Pública*, ano 5, p. 72-87.
- ZALUAR, A. (1999). "Violência e crime". In: MICELI, S. (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Sumaré; Anpocs. v. 1. p. 15-107.

Artigo recebido em 4/3/2013

Aprovado em 6/6/2013

Resumo

A influência da trajetória intelectual de Sérgio Adorno nos estudos sobre violência, democracia e segurança pública no Brasil

O presente artigo visa, a partir de uma discussão acerca do papel de Sérgio Adorno para a consolidação do campo de estudos sobre violência, democracia e segurança pública no Brasil, refletir sobre a trajetória intelectual desse importante sociólogo brasileiro e de seu impacto na sociologia da violência no país. O texto discutirá aspectos pessoais, mas, sobretudo, aspectos institucionais de formação do campo de pesquisa e de suas principais características.

Palavras-chave: Trajetórias intelectuais; Sociologia da violência; Campo de estudos sobre segurança pública e sociedade no Brasil; Sérgio Adorno.

Abstract

The influence of the intellectual trajectory of Sergio Adorno in the studies on violence, democracy, and public security in Brazil

Based upon a discussion on the role of Sergio Adorno for the consolidation of the field study on violence, democracy and public security in Brazil, the article aims to reflect on his intellectual trajectory and its impact upon the Brazilian sociology of violence. Although discussing some personal aspects, the article focuses mainly on the institutional organization of this research field and its principal features.

Keywords: Intellectual trajectories; Sociology of violence; Field study on public security and society in Brazil; Sergio Adorno.

Résumé

L'influence de la trajectoire intellectuelle de Sérgio Adorno dans les études sur la violence, la démocratie et la sûreté publique au Brésil

Cet article a pour objectif, à partir d'une discussion sur le rôle de Sérgio Adorno pour la consolidation du domaine d'études sur la violence, la démocratie et la sûreté publique au Brésil, de proposer une réflexion sur la trajectoire intellectuelle de cet important sociologue brésilien et de son impact dans la sociologie de la violence au Brésil. Le texte abordera des aspects personnels mais, surtout, des aspects institutionnels de formation du domaine de recherche et de ses principales caractéristiques.

Mots-clés: Trajectoires intellectuelles; Sociologie de la violence; Domaine d'études sur la sécurité publique et société au Brésil; Sérgio Adorno.